

“A Rosa Branca”: Contribuições da tradução para a difusão de fontes sobre a resistência antinazista

Tinka REICHMANN¹
Anna Carolina SCHÄFER²
Janaina Lopes SALGADO³

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo ressaltar a importância da tradução para a difusão de fontes relacionadas ao grupo A Rosa Branca e, conseqüentemente, para a divulgação do tema “resistência alemã ao nacional-socialismo” em contexto brasileiro. O foco recairá sobre três grupos de fontes, referentes às três partes em que se estrutura o artigo: o livro *A Rosa Branca* de Inge Scholl, os protocolos dos interrogatórios de Hans e Sophie Scholl e textos que documentam o processo que levou à anulação de sentenças nacional-socialistas. Serão abordados, entre outros aspectos, a recepção do livro de Inge Scholl no Brasil e algumas decisões de tradução concretas, tomadas com vistas a produzir uma tradução *documental* (cf. NORD, 2009), a qual evidenciou a relevância de uma abordagem interdisciplinar e de uma análise minuciosa dos textos de partida.

PALAVRAS-CHAVE: A Rosa Branca; memória; fontes históricas; tradução documental.

ABSTRACT:

This article aims to emphasize the relevance of translation to disseminating sources on the group *The White Rose* and therefore to divulging the topic “German resistance against National Socialism” in Brazil. We will focus on three types of sources which are described in the items of the article: the book *A Rosa Branca* by Inge Scholl, the interrogation records of Hans and Sophie Scholl and texts that document the process which lead to setting aside unjust National Socialist penal judgments. Amongst other, we will discuss the reception of Inge Scholl’s book in Brazil and some concrete translation decisions taken in order to produce a *documentary* translation (cf. NORD, 2009), which evidenced the importance of an interdisciplinary approach and a detailed analysis of the source texts.

KEYWORDS: The White Rose; memory; historic sources; documentary translation.

¹ Professora Doutora do Departamento de Letras Modernas (Área de Alemão), FFLCH-USP.

² Mestra em Língua e Literatura Alemã pela FFLCH-USP/ FAPESP.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã, FFLCH-USP/ CAPES.

Introdução

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial verifica-se no Brasil uma profusão de fontes que abordam o tema “nacional-socialismo” sob diferentes enfoques e perspectivas. Ano após ano são lançados novos filmes e documentários sobre a época, divulgados testemunhos inéditos de imigrantes que sobreviveram à perseguição nazista e publicadas biografias de perseguidores e perseguidos. Tais fontes tematizam sobretudo a *Shoah*, os esforços dos Países Aliados para destituir Hitler do poder e a resistência de diferentes povos nas regiões invadidas pelas tropas nazistas. Não obstante, a resistência de cidadãos alemães que se opuseram à política nacional-socialista – embora não pertencessem diretamente a nenhum dos grupos ameaçados por ela – continua a ser pouco divulgada e estudada em contexto brasileiro.

Dentre as poucas fontes de caráter biográfico disponíveis em português brasileiro sobre o tema estão as cartas escritas na prisão pelo pastor Dietrich Bornhoeffer, fundador da Igreja Confessional (BORNHOEFFER, 2003), o livro de Anne Nelson sobre o grupo de resistência Orquestra Vermelha (NELSON, 2015) e o livro *A Rosa Branca* de Inge Scholl, lançado em 2013 como fruto de um projeto didático de tradução desenvolvido na Universidade de São Paulo. É sobre esse projeto e sobre outras pesquisas que resultaram dele que o presente artigo versará. Tendo em vista o tema deste dossiê, *Traduzir – Transcriar – Transformar*, o fio condutor deste artigo será o papel da tradução para a divulgação, no Brasil, de três diferentes fontes relacionadas ao grupo de resistência A Rosa Branca:

(i) o livro *A Rosa Branca* de Inge Scholl, compreendido como objeto de difusão cultural e como fonte histórica que reúne documentos produzidos à época dos acontecimentos (os panfletos e as sentenças judiciais) bem como relatos e testemunhos escritos posteriormente aos fatos.

(ii) os protocolos dos interrogatórios conduzidos pela Gestapo com Hans e Sophie Scholl, que serão analisados na segunda seção à luz da proposta de “tradução documental” de Christiane Nord (2009);

(iii) trechos de documentos que culminaram na promulgação, em 1998, da lei de anulação das sentenças penais nacional-socialistas, os quais serão abordados na terceira

parte deste trabalho em relação ao conceito central de “Injustiça Insuportável” (al. *Unrecht*).

1. O livro *Die Weiße Rose*, de Inge Scholl

Um fator que motivou o projeto de tradução e publicação do livro (SCHOLL, 2014) foi a percepção, em 2010, da inexistência de uma tradução em língua portuguesa e o consequente desconhecimento, no Brasil, do tema da resistência do grupo A Rosa Branca contra o nacional-socialismo em 1942/1943, apesar de o livro ter sido traduzido para vários idiomas e ter alcançado altas tiragens na Alemanha. Escrito em homenagem à memória dos seus irmãos Hans e Sophie, vitimados pelo regime nacional-socialista, o texto de Inge Scholl, que relata as atividades do grupo de resistência estudantil e oferece uma coletânea de textos complementares, foi a primeira publicação sobre o grupo no pós-guerra (1952). À medida que surgiam mais documentos e testemunhos, a autora atualizou e ampliou o livro até a edição mais recente de 1993, que foi a base da tradução brasileira. No projeto editorial, ainda foram incluídos paratextos com o intuito de contextualizar o tema para os leitores brasileiros atuais, como um glossário e um posfácio do historiador Rainer Hudemann, que considera que “o livro de Inge Scholl ainda oferece aos leitores de hoje um acesso à Rosa Branca que une emoções e fatos” (HUDEMANN, 2014, p. 257).

O segundo fator foi que o livro resultou de um projeto didático de tradução na Universidade de São Paulo (2010-2013) com a participação engajada de oito estudantes (cf. REICHMANN/PEREZ, 2012 e PEREZ/REICHMANN, 2014), que se desdobrou em várias atividades culturais e acadêmicas (filmes, debates, adaptação teatral, oficinas, palestras), trabalhos de iniciação científica e três dissertações de mestrado (uma concluída e duas em andamento).]

A fim de ilustrar a recepção do livro e o debate desencadeado pela publicação, citaremos algumas resenhas que destacam aspectos específicos do livro. Bruno Garcia, por exemplo, ressalta o ineditismo da publicação para o leitor brasileiro: “Além da transcrição de panfletos, sentenças e discursos de defesa, o livro traz testemunhos, relatos e memórias escritos e organizados pela irmã de Sophie e Hans Scholl, membros do grupo – material inédito em português e de imensa importância para a história de um dos eventos mais dramáticos do século XX. ” (Revista História nº 102, março/2014). O valor das fontes históricas é um dos aspectos comentados por Marcos Guterman: “[Os rebeldes] sabiam que poucos teriam disposição de aderir à luta – e isso se refletia de certa maneira em seus

panfletos, cuja reprodução, aliás, é o ponto forte do livro” (O Estado de São Paulo, 23/03/2014, CS), enquanto Márcio Seligmann-Silva dá especial destaque à memória: “Os membros da Rosa Branca foram heróis que sacrificaram suas vidas pela libertação de seu país e, por isso, são ainda hoje justamente homenageados e lembrados” (Folha de São Paulo, 08/03/2014, E4). Por fim, a resenhista Patrícia da Silva Santos comenta a relevância da divulgação do material e do valor didático do livro:

O testemunho de Inge Scholl cristaliza-se, nesse contexto, como um material importante para a reflexão sobre os traumas causados pelo fenômeno do nacional-socialismo na sociedade alemã, na medida em que traz ao conhecimento público aquele que, em pouco tempo, seria reconhecido internacionalmente como um dos mais significativos símbolos da resistência alemã à ditadura fascista. (Pandaemonium Germanicum, São Paulo, v. 17, n. 23, Jun./2014, p. 241)

[...] o livro de Inge Scholl constitui um documento importante, no sentido de indicar exemplarmente os valores que pautaram um julgamento que se conformou sob o critério da emancipação humana, ainda que sob as condições mais adversas. Assim, embora esse exemplo de resistência de um grupo muito pequeno não possa simplesmente redimir a barbárie praticada pela coletividade nazista em nome daquela fictícia “comunidade do povo”, configura um instrumento para a viabilização da reflexão contínua sobre tais fenômenos. (id., p. 242-243)

Tais exemplos demonstram o potencial da tradução de contribuir para a divulgação de conhecimentos, o intercâmbio cultural e a preservação da memória. Esta última está no foco da pesquisa de Yasmin Cobaiachi Utida (cf. UTIDA, 2015), que relaciona conceitos dos Estudos da Memória e dos Estudos da Tradução com o objetivo de descrever o gênero “filme-testemunho” (GUTFREIND, 2010, p. 200) – marcado, simultaneamente, pelas dimensões histórica e subjetiva – como um “objeto cultural de memória” (ACHARD, 2007) na legendagem do documentário *Die Widerständigen: Zeugen der Weißen Rose* [Os resistentes: testemunhas da Rosa Branca] (SEYBOLD, 2008). Para tanto, a tradução é compreendida como suporte e meio de difusão mnemônica, cujas configurações discursivas – selecionadas pelo tradutor e pelos demais agentes da tradução – podem aumentar a capacidade de retenção da narrativa de memória junto ao público (cf. DEANE-COX, 2014, p. 1; GINZBURG, 2008, p. 64). Os temas das outras duas dissertações resultantes do projeto editorial serão apresentados nos dois itens seguintes.

2. Os interrogatórios de Hans e Sophie Scholl à Gestapo

Em 18 de fevereiro de 1943, os irmãos Hans e Sophie Scholl foram apreendidos pelo zelador da Universidade de Munique enquanto espalhavam pelo campus panfletos críticos ao regime nacional-socialista. Tratava-se de exemplares do quinto e sexto panfletos produzidos pelo grupo de resistência ao qual os dois jovens pertenciam e que ficaria conhecido como “A Rosa Branca”, título de seus quatro primeiros escritos distribuídos em meados de 1942. Hans e Sophie foram conduzidos ao gabinete do reitor da universidade e, em seguida, ao Palácio de Wittelsbach, sede da Polícia Secreta do Estado (*Gestapo*) em Munique. De 18 a 21 de fevereiro os dois foram submetidos a interrogatórios exaustivos que, por vezes, se estendiam por toda a madrugada. Antes mesmo do fim dos interrogatórios, a Procuradoria do Reich já formulara sua denúncia, que acusava os dois irmãos e Christoph Probst de “traição à pátria”, “corrupção do poderio militar alemão” e “favorecimento do inimigo”, entre outros. Na manhã de 22 de fevereiro, os três foram condenados à morte pelo Tribunal do Povo nazista. A execução da sentença deu-se ainda no fim da tarde, tendo-se passado apenas quatro dias da detenção de Hans e Sophie na universidade.

O conteúdo dos interrogatórios conduzidos com Hans e Sophie foi registrado em protocolos, que eram datilografados ao fim de cada sessão conduzida pelos investigadores Anton Mahler e Robert Mohr. Com o fim da guerra, esses documentos foram levados a Moscou e depois permaneceram por décadas ocultos em um arquivo da República Democrática Alemã, tendo sido dados como perdidos pelos historiadores. Apenas em 1990, após a reunificação, foram localizados e seu conteúdo pôde ser acessado por pesquisadores. Trata-se, nesse sentido, de fontes relativamente recentes sobre o grupo A Rosa Branca. O embate entre resistência e repressão que as perpassa faz delas documentos emblemáticos da resistência alemã ao nacional-socialismo, o que justifica sua tradução para o português com o intuito de divulgar esse tema no Brasil.

Produzir uma tradução comentada, do alemão para o português, desses protocolos foi o objetivo geral de um projeto de mestrado desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã da Universidade de São Paulo (SCHÄFER, 2015). Fundamentado em um aporte teórico que reunia referências das áreas de Linguística Textual, Análise Crítica do Discurso, História e Estudos da Tradução, o trabalho tinha como objetivos específicos: (i) analisar a relação entre discurso e contexto tal qual ela se

manifesta nos protocolos e apontar consequências dessa relação para a tradução do *corpus*; (ii) exemplificar a solução de problemas tradutórios a partir do modelo do tipo top-down (do contexto para o texto) concebido por Nord (2009); (iii) gerar subsídios à prática de outros tradutores a partir de uma descrição “transparente” (AZENHA JUNIOR, 2010, p. 60) da estratégia de tradução adotada na tradução do *corpus*.

Os protocolos de interrogatório de Hans e Sophie Scholl representaram um desafio à tradução por serem históricos sensíveis que, para cumprirem a função que lhes foi atribuída no início do processo tradutório – de *documento* da situação em que foram produzidos –, exigiam uma ampla contextualização. Com esse fim, uma parte da pesquisa foi realizada no Instituto de História Contemporânea, em Munique, e no Arquivo Federal da Alemanha, em Berlim. Nesses arquivos, consultamos fontes documentais e obras de referência que seriam fundamentais, em um primeiro momento, para a compreensão adequada dos protocolos e, posteriormente, para a redação das notas de tradução.

O processo de tradução em si orientou-se pelo modelo de análise textual e tradução e pelo conceito de “tradução documental” propostos por Christiane Nord e pode ser consultado mais a fundo em Schäfer (2015, p. 126 et seq.). Uma característica básica da tradução documental é a tendência por reproduzir, em diversos níveis, determinados padrões do texto de partida, conforme sugere o seguinte modelo de solução de problemas tradutórios concebido por Nord (2006, p. 232):

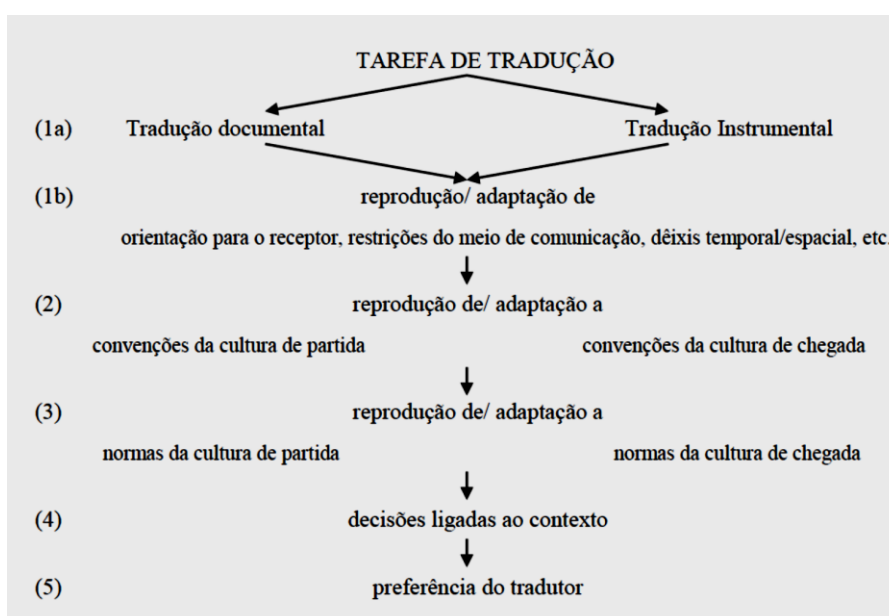


Figura 1 – Modelo pragmático-funcional para solução de problemas tradutórios (NORD, 2006, p. 352 apud SCHÄFER, 2015, p. 116)

Nas próximas subseções discutiremos alguns exemplos concretos de decisões de tradução tomadas com vistas a produzir uma tradução documental, na qual, seguindo-se as orientações do modelo de Nord (1997, p. 51 et seq.; 2009, p. 60),

a distância entre as culturas e textos de partida e de chegada é destacada explicitamente e verifica-se um propósito metatextual, de informar ao leitor da cultura de chegada acerca de aspectos do TP e de sua situação comunicativa. O foco da tradução documental recai, assim, sobre determinadas características ou categorias do texto de partida, deixando outras de lado ou em segundo plano (SCHÄFER, 2015, p. 114).

Na subseção a seguir, exemplificaremos opções feitas na *superfície* do texto de chegada, isto é, em seu próprio leiaute, com vistas à produção de uma tradução documental.

2.1 Leiaute

Na figura a seguir estão dispostas lado a lado a primeira página em alemão e em português da ficha que introduz os interrogatórios de Sophie Scholl:

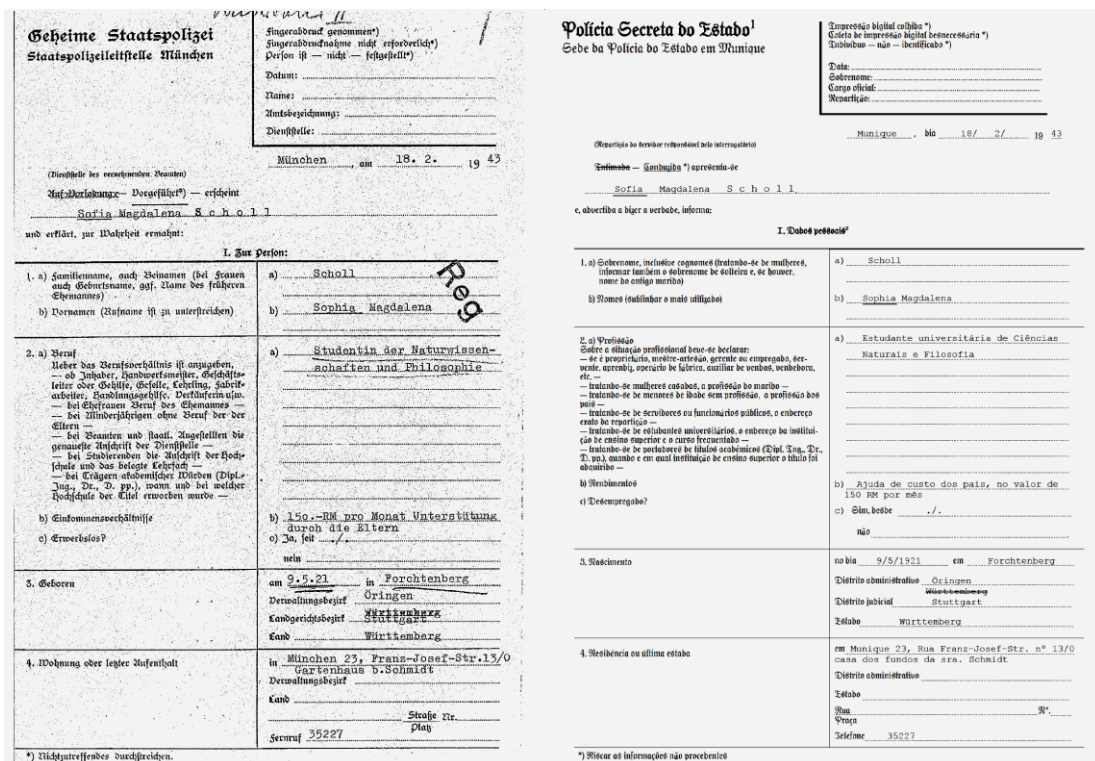


Figura 2 – Formatação da ficha introdutória (comparação entre TP e TC)

Comparando-se o texto de partida (à esquerda) ao texto de chegada (à direita) ficam claras algumas das opções de tradução feitas com a intenção de reproduzir da forma mais semelhante possível as características formais da ficha introdutória dos protocolos. Essa ficha, além de coletar informações básicas (nome, endereço, telefone, profissão, etc.), tinha a função de traçar de imediato um perfil ideológico e “racial” do inquirido, permitindo que se inferisse de antemão o quão integrado (ou não) ele estava à concepção de mundo nacional-socialista. O modelo da ficha era padronizado para todos os interrogatórios realizados na central da Gestapo em Munique à época. Nesse sentido, seu formato também representava um dado histórico que mereceria ser preservado na tradução. Assim, tomamos a decisão de não só reproduzir a estrutura da tabela, com o mesmo número de linhas, colunas e células, mas também de imitar as duas fontes caligráficas encontradas no documento selecionando, para isso, uma fonte gótica do tipo *Fraktur*, bastante frequente em documentos do período nacional-socialista, e uma fonte que simula a escrita datilografada. A última (*Courier New*) foi adotada posteriormente em todo o texto dos protocolos, que fora originalmente escrito à máquina.

Outra decisão de tradução tomada no âmbito do leiaute com um propósito documental foi a inserção das notas na lateral (e não abaixo ou no fim) do texto de chegada. Pretendia-se, assim, que as notas fossem lidas, de fato, como um complemento do texto traduzido, tendo em vista a sensibilidade e o caráter fragmentário do *corpus* que serão abordados mais adiante. Além das notas, decidimos inserir na margem direita do texto algumas imagens de época, como forma de aproximar o leitor do pano de fundo histórico que envolve os protocolos.

No que tange à decisão de inserir imagens junto às notas, cabe lembrar que o nacional-socialismo fez da iconografia um dos principais meios de disseminação de sua ideologia. Para chegar a tal conclusão, basta bater os olhos em algum dos inúmeros cartazes distribuídos pela propaganda nazista. Ao contrapor na margem da tradução alguns dos ícones difundidos pela propaganda nazista a imagens pacatas da infância e adolescência dos irmãos Scholl, como a que está presente na página da tradução reproduzida a seguir, procuramos, enfim, evidenciar ainda mais o embate desproporcional entre repressão e resistência que permeia os textos dos interrogatórios.

II. Dos fatos

Dados pessoais:

Os dados pessoais declarados anteriormente estão corretos. Nasci em Forchtenberg, no distrito de Öhringen/ estado de Württemb., onde meu pai era prefeito da comunidade (comunidade municipal) de Forchtenberg. Cresci na casa de meus pais junto a quatro irmãos (dois irmãos e duas irmãs). Outra irmã minha morreu de pneumonia com um ano de idade. Frequentei a escola pública primária de Forchtenberg até 1930, quando estava matriculada na segunda série. No mesmo ano, meus pais transferiram-se para Ludwigsburg/ Wttbg., pois meu pai não foi reeleito após o fim de seu mandato na prefeitura em Forchtenberg. Em Ludwigsburg, frequentei a escola pública primária até a quarta série. Durante o período que vivemos em Ludwigsburg, de 1930 a 1932, meu pai foi funcionário de uma sociedade fiduciária em Stuttgart. No ano de 1932, meus pais se mudaram para Ulm, onde meu pai entrou como sócio para uma empresa fiduciária, negócio do qual se tornou o único proprietário em 1933. Em Ulm, frequentei a escola secundária superior para meninas até o Abitur¹⁰.

Após ter concluído o Abitur (em março de 1940), frequentei por um ano o curso de formação para professoras de educação infantil no Seminário Fröbel¹¹, em Ulm. No início de 1941 prestei na mesma instituição, a fim de garantir uma profissão civil, o exame estatal para professora de educação infantil. Obtive na prova a nota 2 - conceito: bom¹². Em seguida, me inscrevi voluntariamente na



Família Scholl. Da esquerda para a direita: Robert Scholl (pai) e os irmãos Inge, Hans, Elisabeth, Sophie e Werner.
Foto: Sueddeutsche Zeitung
© 2011, sueddeutsche.de/bica

¹⁰ O sistema escolar vigente na Alemanha durante o regime nacional-socialista contava com uma série de especificidades. Em 1937, foram criadas, por exemplo, escolas secundárias superiores [Oberschulen] separadas para meninos e meninas, que abrangiam da 5ª à 12ª série (um ano a menos do que antes). Enquanto boa parte das escolas masculinas dava grande importância à transmissão de conhecimentos matemáticos e de ciências naturais, nas escolas femininas priorizava-se o ensino de noções básicas de economia doméstica. Os estudos nessas escolas secundárias eram concluídos com o exame final [Abitur], que certifica (ainda hoje) a aptidão para ingressar em um curso superior.

¹¹ Friedrich Fröbel (*1782 – † 1852): pedagogo alemão discípulo de Pestalozzi e conhecido por ser o idealizador do conceito de “Jardim de Infância” [Kindergarten].

¹² A escala de notas na Alemanha vai de 1 a 6 (sendo 1 a melhor nota e 6 a pior), que correspondem, respectivamente, aos conceitos “muito bom” [sehr gut], “bom” [gut], “satisfatório” [befriedigend], “suficiente” [ausreichend], “ruim” [mangelhaft] e “insuficiente” [ungenügend].

¹³ Serviço Obrigatório do Reich* [Reichsarbeitsdienst]: cf. nota nº 8 desta tradução. Sophie Scholl tinha esperanças de que sua formação

Figura 3 – Página selecionada da tradução (Interrogatório de Sophie Scholl, 18/02/1943) (SCHÄFER, 2015. p. 285)

As notas de tradução voltarão a ser assunto na próxima subseção, que abordará especificamente o processo de redação e o conteúdo das mesmas.

2.2 Notas de tradução

Os protocolos de interrogatório de Hans e Sophie Scholl são textos sensíveis, cuja tradução na atualidade só se justifica sob o viés documental e com um intuito educativo de alertar o leitor para o perigo constante representado por ideologias e discursos totalitários. Além dos diversos tipos de distância (temporal, espacial, ideológica etc.) que separam texto de partida e chegada, a sensibilidade que identificamos no *corpus* deve-se ao fato de que, como destacam Chaussy & Ueberschär (2013, p. 195 Trad. A.C.S), “os protocolos foram formulados na linguagem dos perseguidores, isto é, dos interrogadores da *Gestapo*, criminosos do regime nacional-socialista que deixaram nos textos marcas de suas interpretações pessoais”.

Eram os interrogadores que, ao fim da sessão, ditavam ao escrevente o teor do texto que deveria ficar registrado no protocolo. Conseqüentemente, é possível perceber nos textos, por um lado, diversas interferências claras da visão de mundo do interrogador nas respostas do interrogado, registradas em primeira pessoa, e, por outro, lacunas e cortes bruscos no texto, que denotam que algo deixou deliberadamente de ser registrado. Nos protocolos, as notas de tradução foram utilizadas, por exemplo, para sinalizar esse tipo de ocorrência no texto de partida. Abaixo estão reunidos dois exemplos de formulação de notas de tradução dessa natureza:

Exemplo 1:

<i>Natureza do exemplo</i>	Interferência do interrogador na voz do interrogado
<i>Trecho do TP a que se refere</i>	“Meu irmão arranhou essa lista no domingo passado (14/02/43) durante a preparação das cartas propagandísticas com os títulos ‘Colegas universitários!’ ou ‘Universitário alemão! Universitária alemã!’” (Sophie Scholl).
<i>Nota de tradução</i>	Algumas das escolhas lexicais feitas para se referir aos panfletos ou às ações do grupo em geral, tais quais “Propagandabriefen” (cartas propagandísticas) “Propagandaschriften” (escritos propagandísticos), “politische Propaganda” (propaganda política), e “Propagandatätigkeit” (atividades de propaganda), apontam para mais uma forma de intervenção do interrogador, representante da ideologia nazista, na voz da interrogada. Embora tais expressões estejam registradas na reprodução da fala de Sophie Scholl em 1ª

pessoa, é pouco provável que tenham partido dela. Trata-se de termos que faziam parte do vocabulário da *Gestapo*, que tinha como uma de suas principais funções o combate a qualquer forma de propaganda “subversiva”. Sophie Scholl, que na interação com o interrogador busca, na medida do possível, defender seus amigos e a si própria, dificilmente utilizaria espontaneamente tais termos, que rotulam as atividades da Rosa Branca como um crime gravíssimo perante o sistema policial e judiciário nacional-socialistas. (SCHÄFER, 2015, p. 318)

Exemplo 2:

Natureza do exemplo: Corte abrupto no texto de partida

Trecho do TP a que se refere: “Realmente, eu estava com minha irmã a apenas alguns metros de onde os panfletos haviam sido jogados quando esse homem veio na nossa direção, nos deu voz de prisão e disse de cara que tínhamos acabado de jogar panfletos no pátio interno.

O autor da folha que rasguei hoje de manhã depois de ser detido é Christoph Probst” (Hans Scholl).

Nota de tradução:

Percebe-se aqui uma clara ruptura no texto, provocada por uma mudança de tópico repentina. A narrativa até então linear dos acontecimentos de 18/02/1943 na Universidade de Munique é interrompida e dá lugar à confissão de que o autor do manuscrito de panfleto que Hans tinha no bolso e tentara destruir era Christoph Probst. Não se sabe ao certo de que forma a *Gestapo* conseguiu essa confissão de Hans Scholl. Em uma busca realizada na casa dos irmãos Scholl, os investigadores apreenderam, dentre outros, correspondências. Dentre essas correspondências estaria possivelmente uma carta de Christoph Probst. Autores como Christiane Moll, Detlef Bald e Ulrich Chaussy defendem a hipótese de que a *Gestapo* teria aferido a autoria de Probst a partir de uma comparação entre a caligrafia dos remetentes das correspondências apreendidas e a do rascunho de panfleto encontrado com Hans. Quando confrontado com esse fato, Hans Scholl teria então confirmado a participação de Probst. (SCHÄFER, 2015, p. 358)

As notas de tradução também foram utilizadas com sua função usual, de apontar e esclarecer para o leitor da tradução referências à realidade extratextual presentes no texto de partida. No caso específico do *corpus*, tratava-se sobretudo de referências a instituições e cargos nazistas, topônimos e nomes de pessoas relacionadas aos irmãos Scholl. A abundância de palavras e conceitos cunhados pelo nacional-socialismo constituiu uma característica importante dos protocolos e converteu-se em um problema pragmático de tradução (cf. NORD, 2006, p. 352). Optamos então por reunir e contextualizar essas

referências em um glossário que acompanha a tradução e pode ser consultado integralmente em Schäfer (2015, p. 390-404).

Tanto para a interpretação adequada do *corpus* quanto para a redação das notas e do glossário, fez-se necessária a consulta a obras de referência sobre nacional-socialismo (BENZ, 2007; SCHMITZ-BERNING, 2007; DAHM, 2011) e resistência alemã (BENZ & PEHLE, 2008; STEINBACH & TUCHEL, 2004), a biografias de Hans (ELLERMEIER, 2012) e Sophie Scholl (BEUYS, 2010), bem como aos outros documentos anexados às atas do primeiro processo movido pelo Tribunal do Povo nazista contra membros da Rosa Branca e hoje arquivados junto ao espólio de Inge Scholl no Instituto de História Contemporânea de Munique. Pode-se concluir, em suma, que a tradução comentada de um *corpus* tão profundamente marcado pelo momento histórico em que foi produzido só pôde ser realizada a contento graças a uma aproximação efetiva entre o trabalho do tradutor e do historiador na fase mais importante de qualquer processo tradutório: a análise dos textos de partida.

A próxima seção apresentará outra seleção de fontes relacionadas ao grupo A Rosa Branca e a análise de alguns fragmentos da tradução em andamento, destacando a importância da fase de análise dos textos de partida aqui detalhada, mas baseando-se em uma abordagem interdisciplinar entre História, Estudos da Tradução e Direito.

3. A Injustiça Insuportável e a Anulação das Sentenças Nacional-Socialistas

Com a ascensão do regime nazista em 1933, além das mudanças políticas, sociais e econômicas mais amplamente difundidas e conhecidas, iniciou-se uma série de medidas legais como promulgações de leis e criação de tribunais especiais políticos para garantir a manutenção e expansão do poder ditatorial. Como exemplo da instrumentalização do sistema jurídico nacional-socialista e suas consequências no pós-guerra, destaca-se a história de duas vítimas políticas julgadas e condenadas pelo chamado “Tribunal do Povo” (*Volksgerechtshof*) nacional-socialista e cujas sentenças ainda permaneciam vigentes em meados de 1980.

Trata-se de Franz Müller e Hans Hirzel, outrora integrantes do grupo de resistência A Rosa Branca. Após enviar à Secretaria de Justiça do Estado Federado de Baden-Württemberg uma solicitação relativa à sua situação legal perante o judiciário do pós-guerra, Müller recebeu em 1983 um ofício da Secretaria de Justiça no qual foi informado

que sua situação legal era desconhecida. Frente a situações semelhantes à de Franz Müller, em que sentenças nacional-socialistas ainda eram consideradas vigentes, e à repercussão de variados materiais em meados da década de 1980 tematizando o nacional-socialismo e a resistência, iniciaram-se discussões no Parlamento Alemão quanto à necessidade de correção da injustiça nacional-socialista por meio da promulgação de uma lei federal.

Assim, Hirzel e Müller foram convidados por representantes do Partido Social-democrata da Alemanha (SPD) a participarem da 17ª sessão do Parlamento Alemão, em 14 de março de 1984, primeira de muitas ocorridas entre 1984 e 1998 que registraram oficialmente o complexo processo para a correção da injustiça nacional-socialista. Somente com a promulgação de uma lei federal em 25 de agosto de 1998 anulou-se retroativamente todas as sentenças proferidas por tribunais nacional-socialistas, mais de 50 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial.

O ofício, o depoimento de Hirzel e Müller e a lei de 1998 evocam a importante questão história e jurídica acerca da legitimidade e validade do sistema jurídico nacional-socialista e suas práticas e, mais amplamente, de sistemas políticos e jurídicos pautados na injustiça, bem como exemplificam o tratamento desses temas em períodos de justiça transicionais. A partir de uma análise prévia desses textos, destacamos o conceito de “injustiça insuportável” (al. *Unrecht*) (SILVA, 2011, grifo do autor) como eixo central de um projeto de mestrado em desenvolvimento na Universidade de São Paulo. Frequentemente, esse conceito de “injustiça insuportável” é posto em oposição a uma noção de justiça considerada como “direito verdadeiro”.

Iniciado em 2015, o objetivo geral da dissertação em questão visa a tradução comentada e contextualizada desses documentos com base em um referencial teórico multidisciplinar das áreas de Estudos da Tradução, História e Direito. Os objetivos específicos, por sua vez, são: (i) contextualizar histórica e juridicamente os documentos do *corpus*, destacando a colaboração da Rosa Branca para o processo de anulação das sentenças nacional-socialistas em 1998; (ii) aplicar o modelo de análise textual e tradução documental proposto por Christiane Nord (2009, 2010) para descrever e analisar os elementos extratextuais e intratextuais relacionados à questão da legitimidade e validade das práticas jurídicas em períodos totalitários frente ao conceito de “injustiça insuportável” (al. *Unrecht*) e, devido ao caráter jurídico e administrativo dos textos de partida (ofício, protocolo estenográfico e lei), (iii) caracterizar a linguagem jurídica presente nos documentos do *corpus* e as implicações à tradução.

Na próxima subseção, optamos por oferecer uma amostra da análise prévia de alguns fragmentos já traduzidos, de modo a evidenciar a importância da análise do contexto histórico e jurídico durante o processo tradutório e a relação de oposição entre as duas noções de direito evocadas no *corpus* de pesquisa.

3.1 A injustiça insuportável e o pós-guerra

Na tradução documental, o texto de chegada “[...] ‘documenta’ uma situação comunicativa que ocorre ou ocorreu entre participantes da cultura de partida” (NORD, 2010, p. 51, tradução nossa), da qual o receptor da cultura de chegada não participou. Assim, o texto de partida funciona como uma oferta de informação sobre essa situação comunicativa. Holzer (2004, p. 152) defende que a tradução de textos jurídicos em ambiente didático e/ou acadêmico é desse tipo e visa tornar a situação comunicativa e o texto de partida compreensíveis ao receptor da cultura de chegada. Partindo desses pressupostos, um trecho do ofício da Secretaria de Justiça a Franz Müller ilustra a “situação comunicativa” da irregularidade da situação legal em que se encontravam vítimas políticas do sistema jurídico nacional-socialista perante o Judiciário do pós-guerra:

Exemplo 1: Ofício da Secretaria de Justiça do Estado Federado de Baden-Württemberg a Franz Müller (20/01/1983)

<i>Situação comunicativa:</i>	Irregularidade legal em âmbito federal
<i>Trecho do TP a que se refere:</i>	Já que a sentença do Tribunal do Povo proferida contra o senhor não se encontra em nossas mãos no momento, não estamos em condições de nos pronunciar sobre a validade ou invalidade da sentença em questão. [...] Visto que o prazo de requerimento já expirou, então teríamos que partir do princípio de que a decisão continua sendo válida.

A partir do comentário feito pelo oficial da Secretaria de Justiça, percebe-se a incerteza da instituição e sua estratégia de isenção para a emissão de um parecer definitivo quanto à situação legal de Franz Müller (isto é, se ele ainda era ou não considerado condenado) ao destacar como necessária a presença física da sentença de 1943 e ao pontuar a obrigação da vítima em solicitar um requerimento, cujo o prazo já havia expirado. Portanto, a decisão da sentença poderia continuar sendo considerada válida. Essa passagem também sublinha o fato de não haver, após o final da Segunda Guerra Mundial, uma posição unânime quanto à anulação das sentenças de tribunais nacional-socialistas;

portanto, suas vítimas podiam ser consideradas condenadas ou não, dependendo do estado federado ao qual solicitassem a informação. Além disso, não só os representantes do Judiciário do pós-guerra ainda se manifestavam contra a anulação das sentenças nacional-socialistas (Trecho I), mas também alguns parlamentares, como na sessão ocorrida em 4 de março de 1998, já às vésperas da promulgação da lei de anulação (Trecho II):

Exemplo 2: Protocolos Estenográficos da 17ª sessão (14/03/1984) (I) e da 221ª sessão (04/03/1998)

Situação comunicativa: Judiciário do Pós-guerra e parlamentares contrários à lei federal de anulação

Trecho I do TP a que se refere: Até hoje, a natureza jurídica do Tribunal do Povo não foi explicitamente tematizada. Na resposta do secretário de Estado parlamentar [*Parlamentarischer Staatssekretär*] Dr. Klein ao seu pedido, Sr. Kleinert, pode-se verificar, por exemplo, quais opiniões o Tribunal Superior de Justiça alemão [*Bundesgerichtshof*] manifestou sobre isso. Lá podemos ler:

Nas decisões que tinham como assunto uma avaliação das sentenças do Tribunal do Povo, o Tribunal Superior de Justiça partiu tacitamente – tacitamente! –

do princípio de que o Tribunal do Povo era formalmente – isto é, no sentido das leis vigentes naquele tempo – um “tribunal”.

(Franz Müller, p. 17/19)

Trecho II do TP a que se refere: Frente a esse debate, poderia-se rapidamente perguntar: Por que isso agora, depois de 50 anos? Havia leis de estados federados, pelo menos nos estados ocidentais, segundo as quais já se foi reabilitado. Poderia surgir a impressão de que nada aconteceu nos últimos 50 anos. Ao contrário, um grande número de sentenças já estão anuladas. As respectivas leis de estados federados funcionaram.

(Norbert Geis, representante da coligação CDU/CSU, p. 20192)

Em ambos os fragmentos, transparece tanto o contexto histórico quanto jurídico da legitimidade e validade da legislação e do sistema jurídico nacional-socialista, bem como de seus frutos, um tema reavivado em meados da década de 1980 por materiais como o filme *Die Weiße Rose* (VERHOEVEN, 1982), no cinema, publicações como Hillermeier (1980), Rättsch (1992) e Stolleis (1994), na Academia, e até mesmo nas sessões do Parlamento Alemão. Mais especificamente quanto à tradução de textos da área jurídica, deparamo-nos aqui com o desafio relativo às diferentes designações e hierarquias dos cargos oficiais e de tribunais alemães e brasileiros que, ao serem traduzidos literalmente,

podem levar o leitor da tradução a confundir dois sistemas jurídicos distintos. Assim, Holzer (2004, p. 151) aconselha a adoção de estratégias como a permanência da designação original acompanhada de uma tradução, uma paráfrase ou explicação entre parênteses, devido à possibilidade de não equiparação entre as competências e funções dos juízes e tribunais.

Esse material apresenta referências importantes à compreensão do estado de “injustiça insuportável” (al. *Unrecht*) inerente ao regime totalitário nacional-socialista, destacado por meio da frequente oposição entre duas noções de direito, evidenciada no último exemplo dessa seção:

Exemplo 3: Protocolo Estenográfico da 17ª sessão (14/03/1984)

<i>Situação comunicativa:</i>	Injustiça insuportável vs. Direito verdadeiro
<i>Trecho I do TP a que se refere:</i>	Mas essa ideia [o Tribunal do Povo como tribunal legítimo] [...] ignora o conhecimento fundamental que devemos aos estados totalitários, a saber: que existe a injustiça insuportável juridicamente formalizada e também a injustiça insuportável posta em prática pela lei ou institucionalizada, que, portanto, ignora que podem existir leis formalmente corretas que, apesar disso, são nulas por causa de seu conteúdo material juntamente com tudo o que se baseia nelas. [...] deve ser verificado se a alegada legitimidade da lei e da instituição fundamentada nela são mais do que uma mera ficção; se a lei e a instituição realmente podem reivindicar para si o direito verdadeiro. (Hans Hirzel, p. 17/9)
<i>Trecho II do TP a que se refere:</i>	Um sistema de injustiça insuportável, que é tão obviamente um sistema de injustiça insuportável como esse, tem primeiramente a obrigação de anular-se a si mesmo ou de transformar-se em um sistema de direito. (Hans Hirzel, p. 17/17)

Os fragmentos acima ilustram um claro jogo de antíteses, recorrente nos textos do *corpus*: de um lado, os termos relacionados ao “direito verdadeiro”, correspondente a “uma noção de justiça mais ampla, que ultrapassaria as fronteiras entre os países e estaria acima de qualquer lei estatal” (SILVA, 2011, p. 89); de outro, aqueles ligados ao conceito de “injustiça insuportável” (al. *Unrecht*) ao se identificar o direito somente à formalidade legal (à lei escrita), o que pode afastá-lo do que seria considerado o “direito verdadeiro”. É o caso de leis pautadas em ideologias de estados totalitários e na vontade de seus líderes, como o nacional-socialismo. Trata-se de uma situação na qual o Judiciário reflete um estado de injustiça extrema (cf. SILVA, 2011; STOLLEIS, 1994), evidenciado nesses

exemplos pelo emprego dos adjetivos *nulas*, *alegada* e *mera*, os quais questionam a legitimidade do sistema jurídico nacional-socialista enquanto um tipo de “justiça”. Como destacado no quadro abaixo, esses elementos são colocados claramente em oposição aos termos “direito verdadeiro” e “sistema de direito”:

QUADRO 1 – Oposição entre “Injustiça insuportável” e “Direito verdadeiro”

a injustiça insuportável juridicamente formalizada (rechtsförmiges Unrecht)	vs.	o direito verdadeiro (wirkliches Recht)
a injustiça insuportável posta em prática pela lei ou institucionalizada (das per Gesetz praktizierte oder institutionalisierte Unrecht)		
leis formalmente corretas [porém] nulas (formal ordnungsgemäßes Gesetze [aber] nichtig)		
a alegada legitimidade da lei e da instituição fundamentada nela (vorgebliche Rechtmäßigkeit von Gesetz und darauf gründende Institution)		
uma mera ficção (eine bloße Fiktion)		
Um sistema de injustiça insuportável (ein Unrechtssystem)	vs.	um sistema de direito (ein Rechtssystem)
é tão obviamente um sistema de injustiça insuportável como esse (so kraß ein Unrechtssystem ist wie dieses)		

O último documento do *corpus* de pesquisa é a *Lei de revogação das sentenças da “injustiça insuportável” nacional-socialista na operacionalidade administrativa da justiça penal (LA-N)* (al. *Gesetz zur Aufhebung nationalsozialistischer Unrechtsurteile in der Strafrechtspflege (NS-AufhG)*), promulgada em 25 de agosto de 1998 após as sessões no Parlamento Alemão entre 1984 e 1998. Trata-se de uma medida que encerra legalmente as discussões acerca da validade dos tribunais e leis nacional-socialistas e pode ser considerada um dos passos fundamentais para a reabilitação dos erros cometidos pelo sistema judicial alemão no passado. Ademais, por serem textos da área jurídica e administrativa, todos os documentos apresentam as principais características da linguagem jurídica como, por exemplo: abreviações (*NS-AufhG* para *LA-N*, isto é, “Lei de Anulação Nacional-socialista”); substantivação e composições (*Unrechtsregime* e *Unrechtssystem*, respectivamente, “regime de injustiça insuportável” e “sistema de injustiça insuportável”); termos e fraseologias de especialidade jurídica (*Rechtsnatur* e *...ist [...] in Kraft getreten*, respectivamente, “natureza jurídica” e “entrou [...] em vigor”); na lei observa-se a estrutura em artigos e parágrafos e, em várias passagens dos documentos, também é notável a característica precisão e objetividade da linguagem jurídica.

A maior parte do material selecionado para a dissertação de mestrado apresentada nessa seção do artigo não está publicado na Alemanha, são arquivos armazenados pelo Serviço de Documentação Parlamentar (*Parlamentsdokumentation*), em Berlim; somente a lei de 1998 está disponível na internet. Em consequência disso, a tradução comentada proposta pela dissertação de mestrado oferecerá novas fontes de pesquisa sobre A Rosa Branca quanto à sua participação no processo de anulação retroativa das sentenças de tribunais nacional-socialistas. Além disso, também poderá contribuir para as pesquisas sobre o processo de reabilitação histórica e moral da Alemanha após os crimes cometidos durante o nacional-socialismo, permitindo a estudantes e pesquisadores não proficientes em língua alemã, tanto da área da História quanto do Direito, o acesso a um material fundamental acerca da legitimidade e validade do direito em períodos de justiça transicionais.

Considerações finais

A tradução assumiu desde sempre um papel fundamental na divulgação de fontes sobre o grupo de resistência A Rosa Branca. Ainda em março de 1943, um relato redigido em inglês pelo conde Helmuth James von Moltke constituiu a primeira fonte sobre o grupo divulgada fora da Alemanha. O texto de Moltke continha trechos traduzidos do sexto panfleto distribuído pelos jovens estudantes e uma cópia mimeografada do texto em alemão. Foi através desse relato que, por exemplo, Thomas Mann tomou conhecimento das ações da Rosa Branca e as tematizou em seu discurso radiofônico transmitido para o mundo todo pela BBC de Londres em junho de 1943 (cf. SCHOLL, 2014, p. 220 et seq.).

Foi, porém, sobretudo através das traduções do livro de Inge Scholl que a resistência da Rosa Branca se tornou conhecida em diversas partes do mundo. O acesso às fontes coletadas por Scholl só foi estendido ao público brasileiro bem recentemente, quando da publicação da tradução pela Editora 34. A recepção do livro no Brasil, comentada na primeira parte deste artigo, reforça a lacuna representada até então pela ausência de uma tradução em língua portuguesa e destaca a importância das fontes históricas ali reunidas para a divulgação do tema e para a preservação da memória, entre outros aspectos. Os projetos de mestrado tematizados na segunda e terceira seção deste artigo procuram seguir nessa mesma direção. Espera-se que o acesso a novas fontes sobre o grupo em língua portuguesa e a perspectiva interdisciplinar adotada nesses trabalhos crie,

para pesquisadores brasileiros de diferentes áreas, novas possibilidades de estudo sobre o tema e contribua, no geral, para a desconstrução da crença de que não existiu oposição ao nacional-socialismo por parte dos próprios alemães.

Referências bibliográficas

ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2007. Trad. de José Horta Nunes.

AZENHA JUNIOR, João. Transferência cultural em tradução: contextualização, desdobramentos, desafios. **TradTerm**, São Paulo, v. 16, 2010, p. 27-66.

BENZ, Wolfgang et al. (Orgs.). **Enzyklopädie des Nationalsozialismus**. Stuttgart: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2007.

BENZ, Wolfgang; PEHLE, Walter H. (Orgs.). **Lexikon des deutschen Widerstandes**. 3ª ed. Frankfurt a. M.: Fischer, 2008.

BEUYS, Barbara. **Sophie Scholl**. Biographie. München: Carl Hanser Verlag, 2010.

BORNHOEFFER, Dietrich. **Resistência e Submissão**: cartas e anotações escritas na prisão. São Leopoldo. Sinodal, 2003. Trad. de Nélio Schneider.

CHAUSSY, Ulrich; UEBERSCHÄR, Gerd R. **Es lebe die Freiheit!** Die Geschichte der WeißenRose und ihrer Mitglieder in Dokumenten und Berichten. Frankfurt am Main: Fischer, 2013.

DAHM, Volker et al. (Orgs.). **Die tödliche Utopie**: Bilder, Texte, Dokumente, Daten zum Dritten Reich. München: Verlag Dokumentation Obersalzberg im Institut für Zeitgeschichte, 2011.

DEANE-COX, Sharon. Remembering Oradour-sur-Glane: collective memory in translation. **Translation and Literature**, Edimburgo, v. 23, n. 2, p. 272-283, jul. 2014. Disponível em: <http://www.eupublishing.com/doi/abs/10.3366/tal.2014.0156>. Acesso em: 26 abr. 2015

ELLERMEIER, Barbara. **Hans Scholl**. Biographie. Hamburg: Hoffmann und Camper Verlag, 2012.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 3, p. 1-6, 2008. Semestral. Disponível em: <http://www.artistasgauchos.com/conexao/3/cap6.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

GUTFREIND, Cristiane Freitas. A atualidade da teoria realista: reflexões sobre Filmes-Testemunho. In: FERREIRA, Giovandro Marcus et al (Org.). **Teorias da Comunicação**: trajetórias investigativas. Porto Alegre: Edipucrs, 2010. Cap. 2. p. 199-214. Segunda parte. Paralelos: das teorias às práticas. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/trajetoriasinvestigativas.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

HILLERMEIER, H. (Org.). **“Im Namen des deutschen Volkes!”: Todesurteile des Volksgerichtshofs**. Darmstadt; Neuwied: Luchterhand, 1980.

HOLZER, Peter. Funktionale Übersetzungstheorie und Rechtsübersetzen. In: MÜLLER, I. (ed.). **Und sie bewegt sich doch... Translationswissenschaft in Ost und West**. Frankfurt/M.: Lang, 2004, p. 149-162.

HUDEMANN, Rainer. A Rosa Branca no contexto da resistência alemã durante o 'Terceiro Reich'. In: SCHOLL, Inge. **A Rosa Branca: a história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo**. São Paulo: Editora 34, 2014, 2ª edição. p. 239-258.

NELSON, Anne. **A Orquestra Vermelha: a história do grupo de amigos que resistiu a Hitler**. São Paulo: Record, 2015. Trad. de Maria Lúcia de Oliveira.

NORD, Christiane. A Functional Typology of Translation. In: TROSBORG, Anna (Org.). **Text Typology and Translation**. Amsterdam: Benjamins, 1997, p. 43-66.

NORD, Christiane. Textanalyse: pragmatisch/ funktional. In: SNELL-HORNBY, Mary et al. (Orgs.). **Handbuch Translation**. Tübingen: Stauffenburg, 2006, p. 350-351.

NORD, Christiane. **Textanalyse und Übersetzung**. Theoretische Grundlagen, Methode und didaktische Anwendung einer übersetzungsrelevanten Textanalyse. Tübingen: Julius Gross Verlag, 2009.

NORD, Christiane. **Fertigkeit Übersetzen. Ein Kurs zum Übersetzenlehren und -lernen**. Berlin: BDÜ Service Verlag, 2010.

PEREZ, Juliana P.; REICHMANN, Tinka. Apresentação à edição brasileira. In: SCHOLL, Inge. **A Rosa Branca: a história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 7-12.

RÄTSCHE, Birgit. Volksgerichtshof. Bühne für Prozesse einer willfährigen Justiz. In: **Hinter Gittern. Schriftsteller und Journalisten vor Volksgerichtshof 1934-1945**. Bonn; Berlin: Bouvier, 1992, p. 7-20.

REICHMANN, Tinka; PEREZ, Juliana P. Seis panfletos: história, retórica e tradução. In: ATAYAN, Vahram; WIENEN, Ursula (Orgs.). **Sprache - Rhetorik – Translation**. Frankfurt/M.: Lang, 2012, p. 213-223.

SCHÄFER, Anna Carolina. **Quando a tradução (re)conta a História: análise textual e tradução comentada de interrogatórios da "Rosa Branca"**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disp. em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8144/tde-23112015-133329/ (18/02/2016).

SCHÄFER, Anna Carolina; REICHMANN, Tinka. **Die Übertragung von Inge Scholls Die Weiße Rose ins brasilianische Portugiesisch: zum didaktischen Potenzial eines Übersetzungsprojekts**. In: Atas do Congresso "Translation und das 'Dritte Reich'", Berlin, 2014. (no prelo)

SCHMITZ-BERNING, Cornelia. **Vokabular des Nationalsozialismus**. Berlin: De Gruyter, 2000.

SCHOLL, Inge. **A Rosa Branca: a história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo**. Organização de Juliana P. Perez e Tinka Reichmann. São Paulo: Editora 34, 2014, 2ª edição.

SEYBOLD, Katrin. **Die Widerständigen. Zeugen der Weißen Rose**. [Filme] Direção de Katrin Seybold. Berlin: Basis-film Verleih, 2008. 1 DVD (92 min.), son., color. Alemão.

SILVA, Virgílio A. da. Transição e direito: culpa, punição, memória. In: GALLE, H.; SCHMIDT, R. (Orgs.). **A memória e as ciências humanas**. São Paulo: Humanitas, 2011, p. 87-106. Versão eletrônica. Disponível em: http://www.teoriaedireitopublico.com.br/pdf/2011-Transicao_e_direito.pdf. Acesso em: 14 fev. 2016.

STOLLEIS, Michael. **Recht im Unrecht. Studien zur Rechtsgeschichte des Nationalsozialismus**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

UTIDA, Yasmin C. O corpo como escrita da memória: o testemunho no documentário “Os resistentes: testemunhas da Rosa Branca”, de Katrin Seybold. **Contraponto**, Belo Horizonte, v.5, n.7, p. 92-104, 2º sem. 2015.

VERHOEVEN, Michael. **Die Weiße Rose**. [Filme] Produção de Sentana; CCC-Filmkunst; Hessischer Rundfunk, direção e roteiro de Michael Verhoeven. Alemanha: TeleCulture, 1982. 1 DVD, 123 min. color. son.